

razão, a meu ver, o "marxismo como análise de classe" é que define o coração da sociologia marxista².

A tarefa deste capítulo é expor os fundamentos analíticos centrais do conceito de classe de maneira amplamente consistente com a tradição marxista. É tarefa traço-eira, pois entre os autores que se identificam com o marxismo não há consenso sobre qualquer dos conceitos nucleares da análise de classe. O que define a tradição é mais um apego frouxo à importância da análise de classe para entender as condições do confronto com as opressões capitalistas, além de uma linguagem adotada nos debates e habilmente definida por Alvin Gouldner como "comunidade de discurso", do que um conjunto preciso de definições e propostas. Qualquer argumento meu sobre os fundamentos teóricos da análise de classe marxista refletirá, portanto, minha posição específica dentro dessa tradição e não uma exposição autorizada do "marxismo" em geral ou da obra de Karl Marx em particular³.

Haverá duas linhas básicas na análise: primeiro, a de que o ingrediente que mais nitidamente distingue a conceituação marxista de classe é o conceito de "exploração"; segundo, a de que um conceito de classe centrado na ideia de exploração dá instrumentos teoricamente poderosos para estudar uma gama de problemas na sociedade contemporânea. O objetivo deste capítulo é tornar as duas coisas inteligíveis e – espero – críveis. A Parte I expõe o ponto fundamental da análise de classe no marxismo, o que ela visa. Trata-se acima de tudo de esclarecer a agenda normativa à qual se liga a análise de classe. Na Parte II procederemos cuidadosamente a uma série de esclarecimentos necessários para emoldurar essa específica análise de classe e a ideia de exploração. Alguns podem achar a seção um tanto pedante, por vezes parecida com a leitura de um dicionário, mas acho necessária para mostrar em que se baseiam esses conceitos para serem transparentes. A Parte III especifica as pretensões explanatórias centrais da análise de classe que são comuns tanto à tradição marxista quanto à weberiana. O que será útil ao estabelecer a base para discussão na Parte IV do marco distintivo do conceito marxista que o diferencia dos primos weberianos e ancora as pretensões teóricas e a agenda mais amplas da análise de classe marxista. Isso envolverá, sobretudo, a elaboração do conceito de exploração, um dos mecanismos causais cruciais através dos quais o marxismo alega que as relações de classe geram efeitos sociais. Por fim, a Parte V mostra de forma sumária o que considero as recompensas da análise de classe de inspiração marxista.

2. Para discussão mais extensa do marxismo como análise de classe, cf. Burawoy e Wright (2001) e Wright, Levine e Sober (1993).

3. Há uma literatura bem vasta tanto de exegese da própria obra de Marx sobre classe quanto sobre variedades da análise de classe dentro da tradição marxista mais amplamente considerada. Para uma exegese do tratamento que Marx dá ao conceito de classe, cf. Cotreel (1984, cap. 2). Para uma resenha geral das abordagens marxistas alternativas, cf. Wright (1980b). Para exemplos da análise de classe marxista que diferem substancialmente da abordagem delineada neste capítulo, cf. Poulantzas (1975), Carchedi (1977), Resnick e Wolff (1987).

Quadro geral: o que é o conceito marxista de classe

Na sua essência, a análise de classe na tradição marxista está enraizada num conjunto de compromissos normativos com uma forma radical de igualitarismo. Historicamente, os marxistas têm sido no geral relutantes em defender de forma sistemática esses compromissos morais. O próprio Marx achava que falar sobre "justiça" e "moralidade" era desnecessário e talvez mesmo pernicioso, acreditando que ideias sobre moralidade na verdade apenas refletiam condições materiais e interesses dos atores em cena. Em vez de defender o socialismo com base na justiça social ou outros princípios normativos, Marx preferia simplesmente dizer que o socialismo interessava à classe operária e era, de qualquer forma, o destino histórico do capitalismo. No entanto, os textos de Marx estão repletos de juízo moral, visão e indignação morais. Mais importante para propósitos atuais, a tradição marxista da análise de classe deriva grande parte de seu ímpeto característico das ligações com uma agenda normativa igualitária radical. A fim de plenamente compreender os fundamentos teóricos do conceito de classe na tradição marxista, é necessário que se esclareça, ainda que de forma breve, essa dimensão normativa.

O igualitarismo radical subjacente à análise marxista de classe pode ser expresso a partir de três teses, as quais delinearei de forma sumária, sem elaborar qualificações e acréscimos, uma vez que o propósito aqui é esclarecer o caráter da agenda da análise marxista de classe e não fazer uma defesa da teoria mesma.

Tese do Igualitarismo Radical – O progresso humano seria amplamente favorecido por uma distribuição igualitária radical das condições materiais de vida⁴. A tese é expressa no lema distributivista clássico de Marx – "A cada um segundo sua necessidade, de cada um segundo sua capacidade" – e pelo ideal de uma sociedade "sem classes". Assim são distribuídos os recursos materiais nas famílias igualitárias: os filhos que mais precisam recebem mais recursos e todos devem contribuir como podem nas tarefas necessárias à família. E assim também que se distribuem os livros nas bibliotecas públicas: a pessoa procura o que precisa, não o que pode adquirir. O igualitarismo radical da tradição marxista afirma que o desenvolvimento humano em geral seria favorecido se esses princípios fossem generalizados a toda a sociedade⁵.

4. A tese do igualitarismo radical tal como exposta aqui não é, em si mesma, uma tese de justiça. O argumento é de que os seres humanos terão em geral melhor florescimento sob tais condições igualitárias do que em condições de desigualdade e hierarquia, mas não estipula que promover tal florescimento seja um requisito de justiça. Eu acredito que se trata de uma questão de justiça social, mas tal crença não é necessária no contexto do aqui exposto.

5. O que precisamente se entende por "igualitarismo" e em que bases se justifica como princípio normativo têm sido tema de considerável discussão, em parte informada pela tradição marxista.

Fundamentos de uma análise de classe neomarxista

Erik Olin Wright

O conceito de classe tem maiores ambições explanatórias no marxismo do que em qualquer outra tradição da teoria social, e isso, por sua vez, coloca cargas mais pesadas sobre os seus alicerces teóricos. Na sua forma mais ambiciosa, os marxistas afirmavam que classe — ou conceitos muito próximos como “modo de produção” e “base econômica” — está no centro de uma teoria geral da história comumente denominada “materialismo histórico”¹. Essa teoria tentou explicar ampla gama de fenômenos sociais numa moldura unificada: tanto a trajetória temporal das mudanças quanto os conflitos sociais em épocas e lugares específicos, a forma macroinstitucional do Estado e o microcosmo das crenças subjetivas individuais, as revoluções em larga escala e os choques localizados. Expressões como “a luta de classes é o motor da história” e “o poder executivo do Estado moderno não passa de uma comissão da burguesia” mostram a ambição de centralidade explicativa do conceito marxista de classe.

A maioria dos acadêmicos marxistas de hoje recuou dessa grandiosidade explanatória do materialismo dialético (se não necessariamente de todas as suas aspirações explicativas). Poucos hoje defendem versões rígidas do “primado da classe”, mas o conceito permanece de uma centralidade distintiva da tradição marxista e é chamado a dar conta de tarefas explanatórias muito mais árduas que em outras tradições teóricas. Com efeito, pode-se bem argumentar que isto, junto com uma orientação voltada para princípios normativos radicalmente igualitários, é em grande parte o que define a persistente vitalidade e diferença da tradição marxista como corpo teórico, especialmente em sociologia. Por essa

1. A exposição mais sistemática e rigorosa das concepções centrais do materialismo histórico é a de Cohen (1978).

razão, a meu ver, o "marxismo como análise de classe" é que define o coração da sociologia marxista.²

A tarefa deste capítulo é expor os fundamentos analíticos centrais do conceito de classe de maneira amplamente consistente com a tradição marxista. É tarefa traiçoeira, pois entre os autores que se identificam com o marxismo não há consenso sobre qualquer dos conceitos nucleares da análise de classe. O que define a tradição é mais um apego frouxo à importância da análise de classe para entender as condições do confronto com as opressões capitalistas, além de uma linguagem adotada nos debates e habilmente definida por Alvin Gouldner como "comunidade de discurso", do que um conjunto preciso de definições e propostas. Qualquer argumento meu sobre os fundamentos teóricos da análise de classe marxista refletirá, portanto, minha posição específica dentro dessa tradição e não uma exposição autorizada do "marxismo" em geral ou da obra de Karl Marx em particular³.

Haverá duas linhas básicas na análise: primeiro, a de que o ingrediente que mais nitidamente distingue a conceituação marxista de classe é o conceito de "exploração"; segundo, a de que um conceito de classe centrado na ideia de exploração dá instrumentos teoricamente poderosos para estudar uma gama de problemas na sociedade contemporânea. O objetivo deste capítulo é tornar as duas coisas inteligíveis e – espero – críveis. A Parte I expõe o ponto fundamental da análise de classe no marxismo, o que ela visa. Trata-se acima de tudo de esclarecer a agenda normativa à qual se liga a análise de classe. Na Parte II procederemos cuidadosamente a uma série de esclarecimentos necessários para emoldurar essa específica análise de classe e a ideia de exploração. Alguns podem achar a seção um tanto pedante, por vezes parecida com a leitura de um dicionário, mas acho necessária para mostrar em que se baseiam esses conceitos para serem transparentes. A Parte III especifica as pretensões explanatórias centrais da análise de classe que são comuns tanto à tradição marxista quanto à weberiana. O que será útil ao estabelecer a base para discussão na Parte IV do marco distintivo do conceito marxista que o diferencia dos primos weberianos e ancora as pretensões teóricas e a agenda mais amplas da análise de classe marxista. Isso envolverá, sobretudo, a elaboração do conceito de exploração, um dos mecanismos causais cruciais através dos quais o marxismo alega que as relações de classe geram efeitos sociais. Por fim, a Parte V mostra de forma sumária o que considero as recompensas da análise de classe de inspiração marxista.

2. Para discussão mais extensa do marxismo como análise de classe, cf. Burawoy e Wright (2001) e Wright, Levine e Sober (1993).

3. Há uma literatura bem vasta tanto de exegese da própria obra de Marx sobre classe quanto sobre variedades da análise de classe dentro da tradição marxista mais amplamente considerada. Para uma exegese do tratamento que Marx dá ao conceito de classe, cf. Cotterel (1984, cap. 2). Para uma resenha geral das abordagens marxistas alternativas, cf. Wright (1980b). Para exemplos da análise de classe marxista que diferem substancialmente da abordagem delineada neste capítulo, cf. Poulantzas (1975), Carchedi (1977), Resnick e Wolff (1987).

Quadro geral: o que é o conceito marxista de classe

Na sua essência, a análise de classe na tradição marxista está enraizada num conjunto de compromissos normativos com uma forma radical de igualitarismo. Historicamente, os marxistas têm sido no geral relutantes em defender de forma sistemática esses compromissos morais. O próprio Marx achava que falar sobre "justiça" e "moralidade" era desnecessário e talvez mesmo pernicioso, acreditando que ideias sobre moralidade na verdade apenas refletiam condições materiais e interesses dos atores em cena. Em vez de defender o socialismo com base na justiça social ou outros princípios normativos, Marx preferia simplesmente dizer que o socialismo interessava à classe operária e era, de qualquer forma, o destino histórico do capitalismo. No entanto, os textos de Marx estão repletos de juízo moral, visão e indignação morais. Mais importante para propósitos atuais, a tradição marxista da análise de classe deriva grande parte de seu ímpeto característico das ligações com uma agenda normativa igualitária radical. A fim de plenamente compreender os fundamentos teóricos do conceito de classe na tradição marxista, é necessário que se esclareça, ainda que de forma breve, essa dimensão normativa.

O igualitarismo radical subjacente à análise marxista de classe pode ser expresso a partir de três teses, as quais delinearei de forma sumária, sem elaborar qualificações e acréscimos, uma vez que o propósito aqui é esclarecer o caráter da agenda da análise marxista de classe e não fazer uma defesa da teoria mesma.

Tese do Igualitarismo Radical – O progresso humano seria amplamente favorecido por uma distribuição igualitária radical das condições materiais de vida. A tese é expressa no lema distributivista clássico de Marx – "A cada um segundo sua necessidade, de cada um segundo sua capacidade" – e pelo ideal de uma sociedade "sem classes". Assim são distribuídos os recursos materiais nas famílias igualitárias: os filhos que mais precisam recebem mais recursos e todos devem contribuir como podem nas tarefas necessárias à família. E assim também que se distribuem os livros nas bibliotecas públicas: a pessoa procura o que precisa, não o que pode adquirir. O igualitarismo radical da tradição marxista afirma que o desenvolvimento humano em geral seria favorecido se esses princípios fossem generalizados a toda a sociedade⁵.

4. A tese do igualitarismo radical tal como exposta aqui não é, em si mesma, uma tese de justiça. O argumento é de que os seres humanos terão em geral melhor florescimento sob tais condições igualitárias do que em condições de desigualdade e hierarquia, mas não estipula que promover tal florescimento seja um requisito de justiça. Eu acredito que se trata de uma questão de justiça social, mas tal crença não é necessária no contexto do aqui exposto.

5. O que precisamente se entende por "igualitarismo" e em que bases se justifica como princípio normativo têm sido tema de considerável discussão, em parte informada pela tradição marxista.

Tese da possibilidade histórica – Nas condições de uma economia altamente produtiva torna-se materialmente possível organizar a sociedade de tal modo que haja uma distribuição sustentável radicalmente igualitária das condições materiais de vida. Os princípios normativos igualitários são vistos na tradição marxista não apenas como reflexo de algum valor humano atemporal, embora possam sê-lo igualmente, mas como integrando também um projeto político prático. Central ao projeto teórico marxista é, pois, a tentativa de compreender as condições nas quais esses ideais morais podem ser traduzidos em prática social. Aqui a ideia básica é que o igualitarismo radical se torna cada vez mais factível como princípio prático da organização social à medida que aumenta a capacidade produtiva de uma sociedade e diminui a escassez absoluta. Na versão mais forte desta tese, os ideais igualitários são estritamente impossíveis de implantar e sustentar até que se supere amplamente a escassez material; as versões mais fracas afirmam apenas que a alta produtividade torna mais factível um igualitarismo básico das condições materiais de vida.

Tese anticapitalista – O capitalismo bloqueia a possibilidade de alcançar uma distribuição radicalmente igualitária das condições materiais de vida. Uma das grandes realizações do capitalismo é desenvolver a capacidade produtiva humana a tal ponto que torna o igualitarismo radical necessário para possibilitar materialmente o florescimento humano, embora o capitalismo também crie instituições e relações de poder que bloqueiam a conquista efetiva do igualitarismo. Isso cria o cenário do grande drama e tragédia do desenvolvimento capitalista: é um processo que continuamente aumenta as condições materiais para expandir o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que bloqueia a criação das condições sociais para realizar tal potencial. Correntes sociais mais democráticas dentro da tradição marxista aceitam a ideia de que o capitalismo é inimigo da igualdade, mas rejeitam a visão de ruptura e mudança radicais: para elas o capitalismo pode ser transformado de dentro de maneiras que gradualmente levem na direção de uma ordem social mais profundamente igualitária. A realização plena do ideal igualitário radical pode, claro, ser uma fantasia utópica. Mas ainda que a “sociedade sem classes” seja inalcançável, uma “menor divisão de classes” pode ser um objetivo político central, o que também requer desafiar o capitalismo.

Cada uma dessas teses é controversa e necessita de extensa defesa, mas aqui vou tratá-las como pressupostos que definem o contexto mais amplo para pensar o conceito de classe⁶. Seja mais o que for que vise o conceito de classe, na

Para uma visão geral da questão, cf. Swift (2001). Para uma discussão a fundo de uma teoria igualitária de justiça com sensibilidade marxista, cf. Cohen (1995).

6. As objeções a essas teses são bem conhecidas. Contra a tese do *igualitarismo radical* são com frequência apresentados dois tipos de argumentos: primeiro, mesmo que seja verdade que a igualdade promova o desenvolvimento humano, a redistribuição de recursos necessária à

análise marxista ele pretende facilitar a compreensão das condições para a busca dessa agenda normativa. O que significa que o conceito precisa estar ligado a uma teoria do capitalismo, não apenas à noção de desigualdade, e que deve ser capaz de desempenhar um papel no esclarecimento de dilemas e possibilidades de alternativas igualitárias às instituições existentes.

Voltemos agora à elaboração dos componentes conceituais com os quais possamos construir um conceito de classe adequado a essa agenda.

Componentes conceituais da análise de classe

A palavra “classe” é usada com conotações substantiva e adjetiva. Como substantivo é que figura, por exemplo, na pergunta: “Em que classe você acha que se inclui?” E na possível resposta: “Na classe operária”. Com conotação adjetiva ela modifica uma série de conceitos: relações de classe, estrutura de classe, situação de classe, formação de classe, interesses de classe, conflito de classe, consciência de classe. Em geral, como ficará claro da análise que segue, eu acho que o termo “classe” é usado de forma muito mais produtiva com um sentido adjetivo. Com efeito, acho que em geral as pessoas falam elipticamente quando usam a palavra como substantivo. Uma expressão como “a classe operária”, por exemplo, é com frequência apenas uma fórmula simplificada de expressão mais pesada como “situação operária nas relações capitalistas de classe” ou, talvez, “organizações coletivas da classe operária nos conflitos de classe”. De qualquer forma, vou usar o termo sobretudo com conotação adjetiva e apenas o termo genérico “classe” quando me referir ao campo conceitual geral no qual se situam os termos mais específicos.

Para assentar os alicerces da análise marxista de classe, portanto, precisamos ter claro o que entendemos por esse “adjetivo”. Aqui os conceitos nucleares são *relações de classe e estrutura de classe*. Outras expressões do menu conceitual da análise de classe – conflito de classe, interesses de classe, formação de classe e consciência de classe – derivam o seu significado das ligações com aqueles conceitos nucleares. O que não quer dizer que para todos os problemas da análise de classe o essencial sejam os conceitos de classe puramente estruturais. Pode

igualdade material é injusta, uma vez que priva algumas pessoas de vantagens materiais que elas conquistaram corretamente; e segundo, longe de criar condições para um florescimento do potencial humano, a igualdade material radical geraria passividade, preguiça e uniformidade. Contra a tese da possibilidade histórica muitas pessoas argumentam que altos níveis de produtividade econômica só podem ser mantidos se as pessoas tiverem estímulos materiais significativos para investir tanto em termos de capital quanto de capacidade. Qualquer passo importante rumo à igualdade material radical seria portanto insustentável, uma vez que levaria ao declínio da própria abundância material. Por fim, os críticos argumentam contra a tese anticapitalista que, embora possa ser verdade que o capitalismo bloqueia passos radicais rumo à igualdade das condições materiais de vida, não bloqueia de fato o desenvolvimento humano; ao contrário, o capitalismo oferece aos indivíduos a máxima oportunidade de fazer de suas vidas o que quiserem.

acontecer certamente, por exemplo, ao se tentar explicar variações de políticas de estado entre as sociedades capitalistas no tempo e no espaço, que as variações na formação e luta de classes se mostrem mais importantes que as diferenças propriamente na estrutura de classe. Mas ainda assim a compreensão das relações e estrutura de classe está na base conceitual da análise e é, portanto, a questão que enfocaremos aqui.

A seguir examinaremos oito conjuntos de questões conceituais: 1) o conceito de relações sociais de produção; 2) a ideia de relações de classe como forma específica das relações sociais de produção; 3) o significado de "variações" nas relações de classe; 4) o problema da complexidade das relações de classe; 5) o significado de uma "posição" dentro das relações de classe; 6) a complexidade de definir posições de classe; 7) a diferença entre micro e macroníveis da análise de classe; 8) "atuação" de classe. Embora, como um todo, esses problemas conceituais sejam especialmente relevantes na elaboração do conceito de classe dentro da tradição marxista, muitos serão igualmente importantes em outras agendas da análise de classe.

Relações sociais de produção

Qualquer sistema de produção requer o emprego de uma gama de bens, recursos ou fatores de produção: máquinas, ferramentas, terra, matérias-primas, mão de obra, capacitação, informação e assim por diante. Essa implementação pode ser descrita em termos *técnicos* como uma função de produção — tantos aportes de diferentes tipos são combinados num processo específico para uma produção específica. Essa é a maneira típica de um economista pensar os sistemas de produção. O uso de recursos pode também ser descrito em termos de *relações sociais*: as pessoas que participam na produção têm diferentes tipos de direitos e poderes sobre os recursos e os resultados de sua utilização⁷. A maneira efetiva como os fatores são combinados e usados na produção depende tanto de como esses direitos e poderes são exercidos quanto dos aspectos estritamente técnicos de uma função produtiva. A soma total desses direitos e poderes constitui as "relações sociais de produção".

É importante ter em mente que esses direitos e poderes sobre os recursos são atributos das relações sociais, não descrições propriamente do relacionamento

7. Por "poder" sobre os recursos produtivos entendo o *controle efetivo do uso e disposição* desses recursos. O termo "direitos" dá a ideia adicional de que os poderes são vistos como legítimos e impostos pelo Estado. A expressão "direitos de propriedade" significa, pois, "poder efetivo sobre o uso da propriedade garantido pelo Estado". Na maioria dos contextos em um sistema estável de relações de produção há íntima conexão entre direitos e poderes, mas as pessoas podem ter um controle efetivo e durável sobre recursos sem que esse controle seja reconhecido legalmente como direito de propriedade. De qualquer forma, para a maior parte da análise proposta aqui não será necessário enfatizar a distinção entre direitos e poderes, de modo que usarei em geral os termos num par.

das pessoas com as coisas: ter direitos e poderes quanto à terra, por exemplo, define os relacionamentos sociais de uma pessoa com outras quanto ao uso da terra e a apropriação dos frutos do seu uso produtivo. Isso significa que as relações de poder envolvidas nas relações sociais de produção dizem respeito às maneiras como as atividades das pessoas são reguladas e controladas, não apenas à distribuição de uma série de coisas valiosas.

Relações de classe como uma forma das relações de produção

Quando os direitos e poderes das pessoas sobre os recursos produtivos são distribuídos de forma desigual — quando algumas pessoas têm mais direitos/poderes que outras sobre determinados recursos produtivos — essas relações podem ser descritas como relações de classe. O contraste fundamental nas sociedades capitalistas, por exemplo, é entre os proprietários dos meios de produção e os detentores da força de trabalho, "posse" que descreve direitos e poderes sobre um recurso empregado na produção.

Os direitos e poderes em questão não são definidos em função da propriedade ou controle de coisas em geral, mas apenas de recursos ou bens *enquanto empregados na produção*. Um capitalista não é simplesmente alguém que possui máquinas, mas alguém que possui máquinas e as utiliza num processo produtivo, contratando detentores da força de trabalho para usar essas máquinas e dirigindo o processo pelo qual elas são usadas para produzir coisas, apropriando-se por fim dos lucros gerados pelo seu uso. Um colecionador de máquinas não é, em virtude exclusivamente dessa posse, um capitalista. Para haver uma relação de classe não é portanto suficiente a existência de direitos e poderes desiguais em relação à simples propriedade de um recurso. Deve também haver direitos e poderes desiguais quanto à apropriação dos resultados do uso desse recurso. Em geral isso implica apropriar-se da renda gerada pelo emprego do recurso em questão.

Variações nas relações de classe

Em certos usos do termo "classe" faz pouco sentido falar de tipos qualitativamente diferentes de relações de classe. As classes são simplesmente identificadas a algumas categorias universais, genéricas, como "possuidores" e "despossuídos". Pode ainda haver, naturalmente, *variação quantitativa* — a diferença entre ricos e pobres pode variar tanto quanto a distribuição da população nessas categorias. Mas não há espaço teórico para *variação qualitativa* na natureza das relações de classe.

Uma das ideias centrais na tradição marxista é de que há muitos tipos de relações de classe, e assinalar em que se assenta essa variação é de importância fundamental. A ideia básica é de que diferentes tipos de relações de classe

são definidos pelos tipos de direitos e poderes incorporados nas relações de produção. Considerem, por exemplo, três tipos de relações de classe que são com frequência distinguidos na tradição marxista: *escravagismo*, *feudalismo* e *capitalismo*. Nas relações de escravidão, dizer que um escravo "pertence" a um dono é especificar uma gama de direitos e poderes que o senhor de escravos tem sobre um recurso específico usado na produção: as pessoas. Num caso extremo, o senhor tem virtualmente direitos absolutos de propriedade sobre o escravo. No capitalismo, ao contrário, a propriedade sobre pessoas é proibida. As pessoas têm permissão no capitalismo de possuir terra e capital, mas são proibidas de exercer posse sobre outras. Esta é uma das grandes realizações do capitalismo: o sistema alcançou uma distribuição radicalmente igualitária desse bem específico, cada um possuindo uma unidade da força de trabalho, ou seja, apenas a si mesmo.

Dessa maneira, o que é comumente chamado "feudalismo" pode ser visto como uma sociedade na qual os senhores feudais e os servos têm direitos de propriedade *conjuntos* sobre o trabalho do servo. A descrição convencional de feudalismo é uma sociedade na qual os camponeses (servos) são forçados a trabalhar parte da semana na terra do senhor e livres para trabalhar o resto da semana na terra sobre a qual têm algum título de uso. Essa obrigação de trabalhar parte da semana na terra do senhor significa, com efeito, que o senhor tem direitos de propriedade sobre o servo sob a forma de direito de usar o trabalho do servo certa parte do tempo. Tal propriedade é menos absoluta que a do senhor de escravos — daí a expressão "posse conjunta" do servo pelo senhor feudal e o próprio servo. Quando um servo foge das terras para a cidade tentando escapar a essas obrigações, o senhor tem o direito de ir buscá-lo e trazê-lo de volta à força. Com efeito, ao fugir o servo rouba algo que pertence ao senhor feudal: os direitos a parte do seu trabalho⁸. Assim como um dono de indústria no capitalismo teria o direito de acionar a polícia para recuperar máquinas roubadas da fábrica pelos operários, o senhor feudal tem o direito de usar a coerção para recuperar mão de obra roubada ao feudo pelo servo.

O problema da complexidade nas relações concretas de classe

Muito da retórica da análise de classe, especialmente na tradição marxista, caracteriza as relações de classe em termos bem fortes, simplificados, polarizados. As lutas de classe são retratadas como batalhas entre a burguesia e o proletariado, entre senhores feudais e servos, entre senhores e escravos. Essa imagem

8. A expressão comum para descrever o direito dos senhores de trazer à força os camponeses de volta ao feudo é de que o camponês está "amarrado à terra" por obrigações feudais. Uma vez que o eixo dessa ligação forçada à terra são os direitos do senhor sobre o trabalho do servo (ou pelo menos aos frutos do trabalho sob a forma de arrendamento), o conteúdo da relação de classe realmente está centrado nos direitos e poderes de propriedade sobre a mão de obra.

simplificada capta, num nível abstrato, algo fundamental sobre a natureza das relações de classe: elas de fato generalizam, como veremos, antagonismos de interesses subjacentes aos conflitos abertos. Mas a imagem polarizada é também equívoca, pois nas sociedades concretas situadas no tempo e no espaço as relações de classe nunca são tão simples. Uma das tarefas da análise de classe é dar precisão à complexidade e explorar suas ramificações.

Dois tipos de complexidade são especialmente importantes. Primeiro, na maioria das sociedades diferentes tipos de relações de classe coexistem e se interligam de várias maneiras⁹. No sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil, por exemplo, coexistiam relações de classe escravagistas e capitalistas. A dinâmica e as contradições específicas dessa sociedade decorriam da maneira como se combinavam distintos princípios de relações de classe. Certos tipos de lavoura de parceria nos Estados Unidos no início do século XX continham elementos surpreendentes de feudalismo, também combinados de forma complexa com relações capitalistas. Se quisermos descrever a propriedade burocrática de Estado sobre os meios de produção como um tipo distinto de relação de classe, então muitas sociedades capitalistas avançadas de hoje combinam o capitalismo com relações de classe estatais. Entender plenamente as relações de classe das sociedades efetivas requer, então, identificar as maneiras como se combinam diferentes formas de relações de classe.

Segundo, como já vimos em nossa breve discussão do feudalismo, os direitos e poderes que as pessoas podem ter sobre dado recurso são na verdade feixes complexos de direitos e poderes, não simples direitos de propriedade unidimensionais. Quando as pessoas pensam nas variedades de direitos e poderes sobre vários fatores de produção, é comum tratar esses direitos e poderes como tendo uma estrutura binária simples: ou você possui uma coisa ou não. No uso cotidiano e corriqueiro do termo, "posse" parece ter este caráter absoluto: se possuo um livro, posso fazer dele o que quiser, inclusive queimá-lo, usá-lo para escorar uma porta, desfazer-me dele, vendê-lo, e assim por diante. Na verdade, mesmo a posse de coisas comuns é muito mais complexa que isso. Alguns dos direitos e poderes são detidos pelo "dono" e alguns por outras pessoas ou agentes coletivos. Considere-se, por exemplo, as máquinas numa fábrica capitalista. Em linguagem convencional, elas "pertencem" aos capitalistas donos da empresa, uma vez que as adquiriram, podem vendê-las, usá-las para gerar lucro, e assim por diante. Mas isso não significa que os capitalistas têm direitos e poderes totais e absolutos sobre o uso dessas máquinas. Podem apenas colocá-las em funcio-

9. "Articulação dos modos de produção" é uma expressão técnica frequentemente usada para descrever uma situação em que formas distintas de relações de classe coexistem em diferentes unidades de produção. Tipicamente em tais situações a articulação toma a forma de relações de troca entre os distintos tipos de relações de classe. No sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil havia escravagismo nas fazendas e capitalismo nas fábricas. As plantações forneciam o algodão às fábricas e as fábricas forneciam o maquinário agrícola às fazendas.

namento, por exemplo, se as máquinas se ajustarem a certos regulamentos de segurança e anti-polluição impostos pelo Estado. Se a fábrica opera num cenário social altamente sindicalizado, pode ser que o capitalista seja forçado a contratar apenas trabalhadores sindicalizados para operar as máquinas. Com efeito, tanto os regulamentos estatais sobre as máquinas quanto as restrições sindicais do mercado de trabalho significam que algumas dimensões dos direitos de propriedade das máquinas foram transferidos do capitalista para um agente coletivo. Isso quer dizer que os direitos absolutos de propriedade capitalista dos meios de produção foram ao menos parcialmente "socializados"¹⁰.

Os seguintes tipos de complexidade perpassam o capitalismo contemporâneo: restrições governamentais sobre práticas nos locais de trabalho, representações sindicais nos conselhos de administração, esquemas de decisão conjunta, opções acionárias para os empregados, delegação de poderes a hierarquias gerenciais etc. Tudo isso são maneiras variadas pelas quais se decompõem e redistribuem os poderes e direitos de propriedade incorporados na ideia de "posse sobre os meios de produção".

Tal redistribuição de direitos e poderes constitui uma forma de variação nas relações de classe. Esses sistemas de direitos e poderes redistribuídos mudam as relações de classe para modalidades consideravelmente afastadas da simples abstração de relações perfeitamente polarizadas. O que não quer dizer que as relações de classe deixam de ser *capitalistas* — pois o poder básico sobre a alocação de capital e o comando dos lucros permanecem, apesar dessas modificações, sob o controle privado dos capitalistas —, mas significa que as estruturas capitalistas de classe podem variar consideravelmente dependendo das formas específicas com que esses direitos e poderes são rompidos, distribuídos e recombinaos.

Um dos objetivos da análise de classe é compreender as consequências dessas formas de variação das relações de classe. Tal complexidade, no entanto, é complexidade na forma das relações de classe, não algum outro tipo de relação social, uma vez que as relações sociais em questão continuam sendo constituídas pelos direitos e poderes desiguais das pessoas sobre bens economicamente relevantes.

Situações de classe

Grande parte do debate sociológico sobre classe vem a ser na prática um debate sobre o inventário ótimo das *situações de classe* — ou expressões equivalentes,

10. Isso pode ser também descrito como uma situação na qual as relações capitalistas e socialistas de classe se *interpenetram*. Se a *articulação* de diferentes relações de classe se refere a uma situação na qual distintas relações de classe existem em diferentes unidades de produção e então interagem através de relações externas, a *interpenetração* de diferentes relações de classe é uma situação na qual a distribuição de direitos e poderes sobre os bens dentro de uma única unidade de produção combina aspectos de dois tipos distintos de relações de classe.

como "categorias de classe" — mais do que sobre *relações de classe* como tais. Em larga medida isso ocorre porque muito da pesquisa empírica, sobretudo quantitativa, gira em torno de dados aplicados a indivíduos, tornando-se assim importante a capacidade de situar os indivíduos dentro da estrutura social. No caso da análise de classe, isso implica atribuir-lhes um lugar dentro das relações de classe. Por uma questão prática, qualquer exercício desse tipo requer que se decida quais critérios vão ser empregados para distinguir as diferentes situações de classe e "quantas" categorias de classe serão geradas utilizando-se esses critérios.

Não há nada errado em usar dessa maneira o conceito de classe em pesquisa. Mas, ao menos na tradição marxista, é importante não perder de vista o fato de que as "situações de classe" designam as posições sociais ocupadas por indivíduos dentro de um tipo específico de relação social que são as relações de classe, não simplesmente um atributo pessoal atomizado. A premissa por trás da ideia de relações sociais é de que quando as pessoas cuidam de suas vidas no mundo, quando fazem opções e atuam de variadas maneiras, suas ações são sistematicamente estruturadas por suas relações com outras pessoas que estão também fazendo opções e agindo¹¹. "Relação social" é uma forma de falar sobre a qualidade interativa inerentemente estruturada da ação humana. No caso específico das relações de classe, os direitos e poderes que as pessoas têm sobre recursos produtivos é que são importantes para a qualidade interativa estruturada da ação humana. Falar sobre uma "situação" dentro de uma relação de classe é, então, situar os indivíduos dentro desses padrões estruturados de interação.

Complexidade nas situações de classe

À primeira vista pode parecer que o problema de especificar situações de classe é bem simples. Primeiro você define o conceito de relações de classe e então você deduz dessas relações o inventário das situações de classe. No capitalismo, a relação fundamental de classe é a relação capital/trabalho, e isso determina duas situações de classe, a dos capitalistas e a dos trabalhadores.

Como na nossa discussão do problema da complexidade nas próprias relações de classe, para alguns problemas pode ser suficiente distinguir apenas duas situações de classe nas sociedades capitalistas. Mas para muitas perguntas que se possa fazer e em cujas respostas figura o problema das situações de classe,

11. Dizer que as pessoas fazem escolhas e agem em relações estruturadas com outros indivíduos que também optam e agem deixa aberta a melhor maneira de teorizar a escolha e a ação. Não há implicação, por exemplo, de que as escolhas são feitas com base em algum processo de maximização racional ou mesmo que todas as ações são opções conscientes. Também não está implicado, como gostariam de argumentar os individualistas metodológicos, que a explicação dos processos sociais possa ser reduzida a atributos dos indivíduos que optam e atuam. As próprias relações podem ser explicativas. O conceito de relação social usado aqui, portanto, não implica uma teoria da opção racional ou versões reducionistas do individualismo metodológico.

esse modelo binário simples pode ser lamentavelmente inadequado. Se queremos entender a formação da experiência subjetiva das pessoas no trabalho, os dilemas enfrentados pelos representantes sindicais nas fábricas, a tendência das pessoas de formar diversos tipos de coalizão nos conflitos políticos ou a perspectiva de se ter uma vida materialmente confortável, é improvável que definir cada um como capitalista ou trabalhador dentro de um modelo polarizado de relações de classe nos diga tudo o que queremos saber.

Dada essa inadequação explicativa do modelo binário de localização, enfrentamos dois tipos de opção básicos. Uma alternativa é manter o modelo simples de "duas classes" e então acrescentar à análise complexidades que não são tratadas como tais na mera localização de classe. Assim, por exemplo, para entender a formação da experiência subjetiva das pessoas no trabalho, podemos introduzir um conjunto de variáveis concretas relativas às condições de trabalho que são relevantes para entender essa experiência específica — graus de autonomia, proximidade das instâncias de supervisão, níveis de responsabilidade, complexidade cognitiva das tarefas, demandas físicas, perspectivas de promoção etc. Essas variáveis seriam então tratadas como fontes de variação na experiência de pessoas que ocupam posições da classe trabalhadora dentro das relações de classe, posições definidas nos termos binários simples do modelo. A outra opção é ver algumas dessas variáveis nas "condições de trabalho" como variações efetivas nas formas concretas de localização das pessoas dentro das relações de classe. O grau de autoridade que um empregado tem sobre outros, por exemplo, pode ser visto como reflexo de uma forma específica de distribuição de direitos e poderes no processo de produção.

No meu trabalho de análise optei pela segunda estratégia, tentando incorporar diretamente no relato das situações de classe uma considerável complexidade. E o faço, espero, não na teimosa crença de querer montar nossos conceitos de classe de tal forma que a pura situação de classe explique o máximo possível, mas porque acredito que muitas dessas complexidades o são da maneira concreta pela qual direitos e poderes sobre os recursos e atividades econômicos se distribuem nas situações dentro das relações de classe.

A técnica é introduzir a complexidade na análise das situações de classe de forma sistemática e rigorosa, em vez de encará-la como casual e caótica. O que significa tentar perceber os princípios pelos quais é gerada a complexidade e então especificar as implicações desses princípios para o problema da localização das pessoas dentro de relações de classe. Cinco fontes dessa complexidade parecem especialmente importantes na análise de classe:

- 1) A complexidade de situações derivada da complexidade dentro das próprias relações; desemaranhar direitos e poderes do feixe das relações de classe.
- 2) A complexidade de localização das pessoas individualmente em situações de classe; a ocupação de múltiplas posições de classe ao mesmo tempo.

3) A complexidade dos aspectos temporais das situações de classe: carreira versus posição.

4) Camadas ou estratos dentro das relações.

5) Famílias e relações de classe.

Desemaranhar direitos e poderes. Se os direitos e poderes ligados às relações de classe são realmente feixes complexos de direitos e poderes que se podem decompor, então eles são em potencial parcialmente desemaranháveis do feixe e reorganizáveis de maneiras complexas. Isso pode gerar situações de classe a que me referi como "posições contraditórias dentro das relações de classe"¹². Os gerentes de empresas, por exemplo, podem ser vistos como funcionários que exercem alguns dos poderes do capital — contratar e demitir empregados, tomar decisões sobre novas tecnologias e mudanças nos processos de trabalho etc. — e nesse sentido ocupam a posição do capitalista nas relações de classe. Por outro lado, em geral não podem vender uma fábrica e reverter o valor de seus bens em benefício próprio, podendo também ser demitidos de seus cargos se os donos estiverem insatisfeitos com eles — e, nesse sentido, ocupam posição de trabalhadores dentro das relações de classe. O pressuposto por trás dessa estratégia analítica para entender o caráter de classe dos gerentes é, então, que o padrão específico de direitos e poderes sobre os recursos produtivos que se acham combinados em determinada posição define um conjunto de processos causais reais e significativos.

Outro candidato a uma espécie de "situação contraditória de classe" está na maneira como certas habilidades e credenciais conferem a seus possuidores direitos e poderes efetivos sobre muitos aspectos do seu trabalho¹³. Isso é particularmente verdadeiro no caso de profissionais empregados cujo controle das próprias condições de trabalho constitui uma forma distinta de relação com seus empregadores. Mas aspectos dessas relações de emprego dotadas de poder também caracterizam muitas funções profissionais altamente especializadas¹⁴.

12. Para o desenvolvimento desse conceito, cf. Wright (1985, cap. 2) e Wright et al. (1989, cap. 1).

13. O controle sobre as condições de trabalho constitui uma redistribuição de direitos e poderes das relações capital-trabalho na medida em que os empregadores não têm mais a capacidade de dirigir efetivamente a atividade laboral desses empregados e são forçados a oferecer-lhes contratos de longo prazo razoavelmente seguros e com o que John Goldthorpe chamou de "perspectivas de prêmios". No caso extremo, como Philippe Van Parijs argumenta em Wright et al. (1989, cap. 6), isso praticamente equivale a dar aos empregados algo parecido com direitos de propriedade sobre seus empregos. John Goldthorpe descreve esse tipo de relação de trabalho como uma relação de serviço, para distingui-la da relação salarial comum de trabalho que caracteriza as pessoas em posições da classe trabalhadora.

14. Formulei de várias maneiras e em diversos momentos a qualidade dessas posições numa situação contraditória de classe. Num trabalho inicial (WRIGHT, 1978) chamei essas pessoas de "empregados semiautônomos", ressaltando o controle que tinham sobre as condições de trabalho.

Localização das pessoas em situações de classe. Os indivíduos podem ter dois trabalhos situados diferentemente dentro das relações sociais de produção: alguém pode ser um executivo ou operário numa empresa e trabalhar como autônomo em outra atividade. Essa pessoa na verdade encontra-se em duas situações de classe ao mesmo tempo. Um operário de fábrica que trabalha também como carpinteiro autônomo situa-se nas relações de classe de modo mais complexo que outro não o faz. Além disso, algumas pessoas em situação de classe operária numa empresa capitalista podem também possuir ações (seja da própria empresa em que trabalham, seja de outras) e assim ocupar, ainda que de forma limitada, também uma posição capitalista. Empregados de uma companhia que tenha um Plano de Participação Acionária efetivo não deixam por isso de "pertencer" à classe operária nas relações capitalistas, mas já não estão *meramente* nessa posição: ocupam simultaneamente duas situações de classe.

Temporalidade das situações. Alguns empregos são parte de trajetórias de carreira, seqüências ordenadas de mudanças de trabalho ao longo do tempo, nas quais há uma razoável probabilidade de que o caráter de classe das ocupações vá mudando. Em algumas organizações de trabalho, por exemplo, a maioria dos que ocupam posições gerenciais começam em posições não diretivas, mas já com a expectativa de galgar cargos de comando após uma espécie de aprendizado de base, com subseqüentes promoções pelas hierarquias de gestão. Ainda que possam por um tempo trabalhar lado a lado com os empregados comuns, suas "funções" são, desde o início, ligadas a carreiras gerenciais. Por que isso importa para compreender o caráter de classe de tais atividades? Importa porque tanto os interesses quanto a experiência das pessoas que as exercem são significativamente afetados pelo futuro provável associado ao seu tipo de trabalho. Isso significa que a localização de pessoas nessas condições dentro das relações de classe tem o que se poderia chamar de complexidade temporal. Além disso, uma vez que o futuro é sempre incerto, a dimensão temporal das situações de classe também significa que a posição de uma pessoa nas relações de classe pode ter certo grau de indeterminação ou incerteza temporal.

Estratos e situações de classe. Se as situações de classe são definidas pelos direitos e poderes que as pessoas têm sobre os recursos produtivos e as atividades econômicas, então outra fonte de complexidade dentro das situações de classe está na quantidade de recursos e no escopo das atividades que esses direitos e poderes controlam. Há capitalistas que possuem e controlam vasta quantidade de capital e empregam milhares de trabalhadores em todo o mundo, mas há capitalistas que empregam pequeno número de pessoas

num único lugar. Uns e outros são "capitalistas" em termos de relações de produção, mas há uma diferença enorme no poder que detêm. Entre pessoas situadas na classe trabalhadora variam as habilitações e a correspondente "capacidade de mercado", ou seja, de aspiração salarial pelo trabalho. Se suas habilitações são bastante escassas no mercado, elas podem até exigir um componente de "renda" no salário. Tanto os trabalhadores qualificados quanto os sem especialização ocupam posições na classe trabalhadora na medida em que não controlam meios de produção e têm que vender sua força de trabalho para obter os meios de subsistência, mas entre eles varia a quantidade de um recurso específico, que é a habilitação. Tais variações quantitativas entre pessoas numa situação de classe semelhante podem ser referidas como diferentes estratos.

Famílias e situações de classe. As pessoas estão ligadas a relações de classe não apenas por seu próprio envolvimento direto no controle e uso de recursos produtivos, mas também por vários outros tipos de relações sociais, especialmente as de família e parentesco. A razão pela qual nos interessa a "situação" de classe de uma pessoa é que acreditamos que através de vários mecanismos suas experiências, interesses e escolhas serão moldados pela maneira como suas vidas fazem interseção com as relações de classe. Se você é casada com um capitalista, independente do que você mesma faça na vida, seus interesses e opções serão ao menos parcialmente condicionados por esse fato. E tal fato é um fato de sua "situação". Essa dimensão particular do problema das situações de classe pode ser definida como "situações mediadas dentro das relações de classe"¹⁵. As situações mediadas são especialmente importantes para entender a situação de classe de crianças, aposentados, donas de casa e cônjuges que dividem o sustento da casa. As situações mediadas acrescentam interessantes complexidades à análise de classe em casos nos quais a situação direta de classe – o modo como a pessoa se insere nas relações de classe através do seu trabalho – difere de sua situação mediada de classe. É o caso, por exemplo, de uma digitadora que trabalha num escritório e é casada com um executivo de empresa. A medida que aumentam a proporção de mulheres casadas com empregos assalariados e o tempo que passam na força de trabalho, a existência desses "lares de classe mista", como são às vezes chamados, torna-se uma forma mais marcante de complexidade nas situações de classe¹⁶.

Esses tipos de complexidade para definir as situações de classe tornam problemáticas certas formas corriqueiras de falar sobre classe. Com frequência as pessoas

15. Cf. Wright, 1997, cap. 10.

16. Na década de 1980, praticamente 1/3 dos lares mantidos pelos dois cônjuges nos Estados Unidos poderia ser classificado como de famílias de classe mista, o que quer dizer que 12% da população adulta vivia em tais domicílios.

Num texto posterior (WRIGHT, 1985, 1997) referi-me a elas como "especialistas", ressaltando seu controle do conhecimento e credenciais e a maneira como isso afetava sua relação com o problema da exploração.

perguntam quantas classes existem. O trabalho que fiz sobre estrutura de classe, por exemplo, foi descrito como um "modelo de doze classes", por ter construído em parte da pesquisa uma variável de classe em doze categorias para estudar coisas como consciência e mobilidade de classe. No modelo que proponho aqui acho esse tipo de questão deslocado. Uma "situação" de classe não é "uma classe", mas uma situação dentro de relações. O número dessas situações numa análise de estrutura de classe depende, pois, do nível de detalhamento necessário ao propósito que se tenha¹⁷. Para satisfazer algumas questões de pesquisa é desejável diferenciação relativamente detalhada de situações dentro das relações de classe, uma vez que as formas precisas de conexão a direitos e poderes sobre recursos podem ter importância explicativa. Na minha pesquisa sobre a relação entre situação e consciência de classe, por exemplo, senti que seria relevante um conjunto de categorias bem refinadas¹⁸. Para outros problemas pode ser mais reveladora uma descrição grosseira de situações dentro das relações. No meu trabalho sobre o problema do compromisso de classe achei que era apropriado um modelo mais simples de duas situações de classe consistindo apenas de trabalhadores e capitalistas¹⁹.

Macro e microanálises de classe

A análise de classe ocupa-se tanto de níveis macro quanto micro. O conceito básico de macroanálise é a *estrutura de classe*. A soma total das relações de classe em dada unidade de análise pode ser chamada de "estrutura de classe" daquela unidade de análise. Pode-se falar assim de estrutura de classe de uma empresa, de uma cidade, de um país, talvez do mundo. Tradicionalmente, a nação-Estado tem sido a unidade privilegiada de análise para definição da estrutura de classe. O que se justifica, em parte, pela importância do Estado como instituição que impõe os direitos e poderes centrais sobre os bens que constituem a base das relações de classe. No entanto, dependendo do problema que se investiga, outras unidades de análise podem ser apropriadas.

A macroanálise de classe centra-se nos efeitos das estruturas de classe na unidade de análise em que se definem. A análise de como a mobilidade internacional do capital restringe as opções políticas dos estados, por exemplo, constitui uma macroinvestigação dos efeitos de um tipo específico de estrutura de classe sobre os estados. A análise de como a concentração ou dispersão da propriedade de capital num setor específico afeta as condições para a organização sindical seria uma macroinvestigação da formação de classe.

17. Minha opinião sobre o problema do "número" das situações de classe é muito semelhante às de Erickson e Goldthorpe, que escrevem que "a única resposta sensível [para a questão de quantas classes existem] é, acreditamos, tantas quantas seja empiricamente útil distinguir para um propósito analítico específico" (ERICKSON & GOLDTHORPE, 1993, p. 46).

18. Cf. Wright, 1997, cap. 14.

19. Cf. Wright, 2000, p. 957-1.002.

A microanálise de classe tenta entender as maneiras como a classe exerce impacto sobre os indivíduos. Em essência é a análise dos efeitos das situações de classe sobre vários aspectos das vidas dos indivíduos. Análises das estratégias de mercado de trabalho adotadas por operários não qualificados ou dos efeitos das mudanças tecnológicas sobre a consciência de classe ou ainda das contribuições políticas de executivos de empresas seriam exemplos de microanálises de classe.

Macro e microanálises de classe estão ligadas de maneiras complexas. Por um lado, as estruturas de classe não são totalidades desincorporadas que geram microefeitos independentemente das ações e opções dos indivíduos: os microprocessos têm microfundações. Por outro lado, os microprocessos através dos quais a posição de uma pessoa nas relações de classe molda suas oportunidades, consciência e ações ocorrem em macrocontextos que afetam profundamente as maneiras pelas quais operam esses microprocessos: ou seja, os microprocessos são mediados por macrocontextos. A análise de classe, como toda análise sociológica, procura entender tanto os níveis micro quanto macro e suas interações.

"Agência" de classe

As questões que abordamos até aqui foram quase inteiramente de caráter *estrutural*. Isto é, examinamos a natureza das relações sociais em que vivem e agem as pessoas e como podem ser entendidas em termos de classe, mas não dissemos muito sobre a própria ação. A análise marxista de classe é, em última instância, sobre as condições e processos de mudança social e, portanto, precisamos de um conjunto de categorias através das quais possamos entender as ações das pessoas que reproduzem e transformam essas relações sociais. Cinco conceitos são particularmente relevantes para esse propósito: interesses de classe, consciência de classe, práticas de classe, formações de classe e luta de classes.

• *Interesses de classe*: São os interesses materiais das pessoas decorrentes de sua situação dentro das relações de classe. "Interesses materiais" incluem uma série de questões – padrões de vida, condições de trabalho, nível de esforço, lazer, segurança material e outras coisas. Descrver os interesses que as pessoas têm nessas coisas como interesses "de classe" equivale a dizer que as pessoas são estruturados por suas situações de classe. Uma descrição desses interesses fornece a ponte teórica crucial entre a descrição das relações de classe e as ações dos indivíduos dentro dessas relações.

• *Consciência de classe*: O conhecimento subjetivo que as pessoas têm dos seus interesses de classe e das condições para favorecê-los.

• *Práticas de classe*: As atividades em que se envolvem os indivíduos, tanto como pessoas separadas quanto como membros de coletividades, na busca dos seus interesses de classe.

• *Formações de classe*: As coletividades que as pessoas formam a fim de facilitar a busca dos interesses de classe. Tais grupos vão desde organizações altamente conscientizadas para favorecer seus interesses, tais como sindicatos, partidos políticos e associações de empregados, até formas mais frouxas de coletividade como as redes e comunidades sociais.

• *Luta de classes*: Conflitos entre práticas individuais ou coletivas na busca de interesses opostos de classe. Tais conflitos vão desde as estratégias individuais de trabalhadores no processo laboral para reduzir seu nível de labuta até conflitos entre coletivos altamente organizados de capitalistas e trabalhadores sobre a distribuição de direitos e poderes no processo de produção.

Alegações explicativas: metátese fundamental da análise de classe

A metátese fundamental da análise de classe é de que a classe (i. é, as relações de classe, as situações de classe e a estrutura de classe), entendida da maneira acima exposta, tem importantes e sistemáticas consequências não só para a vida dos indivíduos como para a dinâmica das instituições. Pode-se dizer que “a classe importa” é um lema. Num nível microcômico, realmente têm consequências na vida das pessoas os fatos de elas venderem ou não a sua força de trabalho em um mercado de trabalho, terem ou não o poder de dizer aos outros o que fazer no processo de trabalho, possuírem ou não grande montante de capital ou credenciais de valor legalmente reconhecidas etc. No nível macrocômico, há consequências para o funcionamento de várias instituições no fato de os direitos sobre o uso e alocação dos meios produtivos estarem ou não altamente concentrados nas mãos de uns poucos, assim como no fato de alguns desses direitos terem sido apropriados pela autoridade pública ou se encontrarem sob controle privado, no fato de existirem ou não barreiras significativas para a aquisição de diversos tipos de bens por pessoas que não os possuem, e assim por diante. Dizer que “a classe importa”, portanto, é afirmar que a distribuição de direitos e poderes sobre os recursos produtivos básicos de uma sociedade tem consequências importantes e sistemáticas para a análise social tanto no nível macrocômico quanto microcômico.

No centro dessas alegações está um par relativamente simples de proposições sobre os efeitos das relações de classe no microcosmo das vidas individuais:

Proposição 1: O que você tem determina o que você obtém.

Proposição 2: O que você tem determina o que você tem que fazer para obter o que obtém.

A primeira proposição diz respeito, acima de tudo, à distribuição de renda. A alegação da análise de classe, portanto, é de que os direitos e poderes que as pessoas têm sobre os bens produtivos são um elemento determinante significativo e sistemático de seus padrões de vida: o que você tem determina o que você

obtem. O segundo processo causal diz respeito, sobretudo, à distribuição das atividades econômicas. A tese da análise de classe, mais uma vez, é de que direitos e poderes sobre os bens produtivos são um elemento determinante sistemático e significativo das estratégias e práticas adotadas pelas pessoas para adquirir seus rendimentos, quer tenham que bater perna à procura de emprego, quer tomem decisões sobre investimentos mundo a fora, quer tenham que se preocupar em honrar pagamentos parcelados de dívida bancária para manter uma fazenda em atividade. O que você tem determina o que você tem que fazer para obter o que obtém. Outros tipos de consequências que estão ligados à classe – comportamentos eleitorais, atitudes, formação de amizades, saúde etc. – são efeitos secundários desses dois processos primários. Quando os analistas de classe argumentam, por exemplo, que a situação de classe ajuda a explicar o voto, é porque geralmente acreditam que a situação de classe afeta a experiência vivida das pessoas no trabalho (i. é, as experiências geradas pelas atividades de trabalho) e que isso, por sua vez, afeta as preferências.

Não são alegações triviais. Poderia acontecer, por exemplo, de a distribuição de direitos e poderes dos indivíduos sobre os recursos produtivos ter relativamente pouco a ver com sua renda ou atividades econômicas. Suponhamos que a previdência social garantisse uma renda básica universal para todos, o suficiente para manter um padrão de vida decente. Em tal sociedade, o que as pessoas obtivessem seria significativamente, embora não inteiramente, desligado do que possuísem. De modo similar, se o mundo se tornasse uma espécie de loteria contínua na qual praticamente não houvesse estabilidade quer numa geração ou entre gerações no que diz respeito à distribuição de bens, então, mesmo que as relações com tais bens ainda tivessem uma importância estática para a renda, poderia fazer sentido dizer que a classe não importaria muito. Ora, suponhamos que o determinante central do que você tem que fazer para obter o que obtém fosse a raça, o sexo ou a religião e que a posse de bens economicamente relevantes fosse de importância marginal para explicar as condições ou atividades econômicas de uma pessoa. De novo, numa sociedade dessas, a classe poderia não ser muito explicativa (a não ser, claro, que a maneira principal de seu gênero ou raça afetar tais condições fosse a localização das pessoas em posições de classe com base em sua raça ou gênero). O simples fato de haver desigualdades de renda ou de dominação e subordinação no trabalho não é prova de que a classe importa; o que tem que ser mostrado é que os direitos e poderes das pessoas sobre os bens de produção tem consequências sistemáticas sobre esses fenômenos.

A análise marxista de classe²⁰

Como dissemos acima, não há nada exclusivamente marxista nas alegações explicativas da análise de classe. “O que as pessoas obtêm” e “o que as pessoas

20. Partes desta seção são extraídas de Wright, 1997, p. 9-19.

têm que fazer para obter o que obtêm” são fórmulas que soam como “oportu-
nidades de vida”. Os analistas weberianos diriam praticamente a mesma coisa.
É por essa razão que há uma íntima afinidade entre os conceitos marxista e
weberiano de classe (embora menos afinidade nas molduras teóricas mais am-
plas dentro das quais esses conceitos figuram ou no alcance explanatório que se
atribui à classe).

O que torna uma análise de classe distintamente marxista é o fato de me-
canismos específicos serem vistos como geradores daqueles dois tipos de con-
seqüências. Nessa análise o conceito básico é o de *exploração*. Trata-se do ele-
mento conceitual que ancora o conceito marxista de classe na agenda marxista
diferenciada de análise de classe.

A exploração é um conceito complexo e desafiador. Pretende designar uma
forma específica de interdependência dos interesses materiais das pessoas, a sa-
ber, uma situação que satisfaça três critérios:

1) *O princípio do bem-estar interdependente inverso*. O bem-estar material dos
exploradores depende de forma causal das privações materiais dos explora-
dos. Isso significa que os interesses dos atores nessas relações não são ape-
nas *diferentes*, mas *antagônicos*: a realização dos interesses dos exploradores
impõe danos aos explorados.

2) *O princípio da exclusão*. Essa interdependência inversa de bem-estar entre
exploradores e explorados depende da exclusão de acesso dos explorados a
certos recursos produtivos.

3) *O princípio da apropriação*. A exclusão gera vantagem material dos ex-
ploradores porque permite que se apropriem do esforço de trabalho dos
explorados.

A exploração, portanto, é um diagnóstico do processo pelo qual as desigual-
dades são geradas pelas desigualdades de direitos e poderes sobre os recursos de
produção: as desigualdades ocorrem, ao menos em parte, pela maneira como os
exploradores, em virtude de seus direitos e poderes exclusivos sobre os recursos,
são capazes de se apropriar do excedente gerado pelo esforço dos explorados.

Se os dois primeiros desses princípios estiverem presentes, mas não o ter-
ceiro, pode ocorrer o que se poderia chamar de *opressão econômica não explora-
tória*, mas não propriamente a exploração. Nessa hipótese, é ainda verdade que
o bem-estar do grupo privilegiado se faz às custas dos desprivilegiados, relação
invertida que se baseia na posse e controle dos recursos econômicos. Mas numa
opressão não exploratória não há apropriação do esforço do trabalho, ou seja, a
transferência dos frutos do trabalho de um grupo para outro.

A implicação crucial dessa diferença entre os dois tipos de desigualdade é
que na opressão econômica não exploratória a categoria social privilegiada não
precisa propriamente da categoria excluída. Embora o bem-estar de uma e de

outra dependa do princípio da exclusão, não há interdependência contínua de
suas atividades. No caso da exploração, os exploradores precisam ativamente
dos explorados: os exploradores dependem do esforço dos explorados para des-
frutar de seu próprio bem-estar. Considere-se, por exemplo, o contraste entre
o tratamento dos povos indígenas pelos colonizadores europeus na América do
Norte e na África do Sul. Em ambos os lugares o bem-estar dos colonizadores
brancos foi garantido por um processo de exclusão de acesso dos povos indige-
nas à terra. O bem-estar dos colonizadores estava dessa forma ligado por uma
relação causal às privações dos povos indígenas, e essa relação causal centra-
va-se no controle dos recursos. Mas os dois casos diferem acentuadamente no
que concerne ao terceiro critério. Enquanto na África do Sul os colonizadores
dependiam de modo significativo do esforço laboral dos povos indígenas, pri-
meiro como meeiros e peões agrícolas e depois como trabalhadores nas minas,
os europeus que colonizaram a América do Norte não dependiam do trabalho
dos nativos. O que quer dizer que, quando encontraram resistência nativa à
exclusão de posse territorial, os colonos brancos da América puderam adotar
uma estratégia de genocídio. Uma terrível expressão popular americana surgida
no século XIX reflete essa realidade da opressão econômica não exploratória
sobre os povos nativos: “índio bom é índio morto”. Não é casual que inexistia
expressão equivalente para os trabalhadores: “operário bom é operário morto”.
Pode-se dizer que “o bom trabalhador é o trabalhador obediente e conscien-
cioso”, mas não “o trabalhador morto”. A exploração, em certo sentido, impõe
obrigações ao explorador e o constrange, o que se pode ver na comparação entre
o destino dos índios norte-americanos e o dos povos nativos sul-africanos²¹.

Essa profunda interdependência torna a exploração uma forma particu-
larmente explosiva de relação social por duas razões: primeiro, a exploração
constitui uma relação social que simultaneamente opõe os interesses de um
grupo aos de outro e requer sua contínua interação; e, segundo, confere ao
grupo desprivilegiado uma forma real de poder com a qual desafiar os interes-
ses dos exploradores. Este é um ponto importante. A exploração depende da

21. Uma das diferenças básicas entre o conceito de exploração apresentado aqui e o que Aage
Sørensen sustenta em sua análise de classe (cap. 5 deste livro) está na distinção entre opressão
com exploração e sem exploração. Sørensen rejeita essa distinção, argumentando em relação a
minha análise sobre os colonos europeus na América do Norte, que estes “nitidamente criaram
interesses antagônicos que geraram conflito, de modo que não fica claro o que se acrescenta pela
exigência de transferir os frutos do trabalho”. O princípio da apropriação não importaria se tudo
o que focamos é a pura presença ou ausência de “interesses antagônicos”, pois tanto na opressão
com exploração quanto na opressão sem exploração há certamente um profundo antagonismo.
Mas a dinâmica do antagonismo é bem diferente nos dois contextos: os *exploradores dependem e
precisam dos explorados* de uma maneira que não ocorre com os opressores que não exploram. O
tratamento que Sørensen dá à exploração não distingue entre uma situação na qual a exclusão
de acesso aos recursos simplesmente impõe um prejuízo aos excluídos e uma situação na qual
o bem-estar da camada privilegiada também depende de contínuas interações com os excluídos.

apropriação do esforço do trabalho. Por serem agentes conscientes e não robôs, os seres humanos sempre detêm níveis significativos de controle real sobre o seu dispêndio de esforço. A extração de esforço nas relações de exploração é, portanto, sempre problemática e precária em maior ou menor grau, requerendo instrumentos institucionais ativos para se reproduzir. Tais instrumentos podem se tornar bem dispendiosos para os exploradores sob a forma de custos de supervisão, vigilância, sanções etc. A capacidade de impor tais custos constitui uma forma de poder entre os explorados.

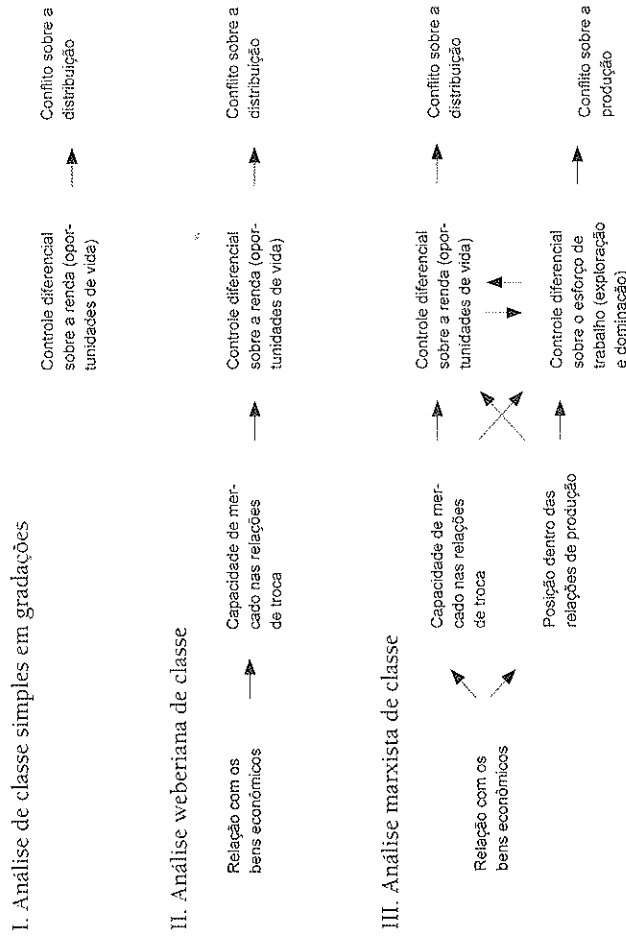
A exploração, tal como definida aqui, está intimamente ligada ao problema da *dominação*, isto é, às relações sociais nas quais as atividades de uma pessoa são dirigidas e controladas por outra. A dominação ocorre, primeiro, no princípio da exclusão: "possuir" um recurso dá à pessoa o poder de impedir outras de usá-lo. O poder exercido por empregadores de contratar e demitir trabalhadores é o exemplo mais claro dessa forma de dominação. Mas a dominação também ocorre, na maioria das vezes, em conjunto com o princípio da apropriação, uma vez que a apropriação do esforço do trabalho dos explorados geralmente requer formas diretas de subordinação, especialmente dentro do processo de trabalho, sob a forma de chefia, supervisão, vigilância, ameaças etc. A exploração combinada com a dominação definem, juntas, os aspectos centrais das interações estruturadas dentro das relações de classe.

Na análise de classe weberiana, tanto quanto na análise marxista de classe, os direitos e poderes que os indivíduos têm sobre os bens de produção definem a base material das relações de classe. Mas para a análise de inspiração weberiana esses direitos e poderes são primordialmente importantes pela maneira como moldam as *oportunidades de vida*, sobretudo as oportunidades dentro das trocas de mercado, mais do que o modo como estruturam padrões de exploração e dominação. O controle dos recursos afeta a capacidade de barganha nos processos de troca, e isso por sua vez afeta os resultados dessas trocas, em especial a renda. A exploração e a dominação não são peças centrais nessa argumentação.

Isso sugere os contrastes entre as molduras marxista e weberiana de análise de classe ilustrados na Figura 1.1. Tanto a análise marxista de classe quanto a weberiana diferem acentuadamente de simples descrições de classe-se em gradações nas quais a classe é identificada diretamente segundo desigualdades de renda, uma vez que ambas começam com o problema das relações sociais que determinam o acesso das pessoas aos recursos econômicos. Em certo sentido, portanto, as definições marxista e weberiana de relações de classe na sociedade capitalista partilham os mesmos critérios operacionais básicos. Onde diferem é na elaboração e especificação teóricas das implicações desse conjunto comum de critérios: o modelo marxista vê duas vias causais sendo sistematicamente geradas por essas relações — uma operando através

das trocas de mercado e a outra através do próprio processo de produção —, ao passo que o modelo weberiano traça apenas uma via causal. E o modelo marxista elabora os mecanismos dessas vias causais em termos de exploração e dominação e também pela capacidade de barganha nas trocas; enquanto o modelo weberiano lida apenas com o poder de barganha nas trocas. Em certo sentido, portanto, a estratégia weberiana de análise de classe aninha-se no modelo marxista.

Figura 1.1 Três modelos de análise de classe



Esse aninhar do conceito weberiano de classe na concepção marxista significa que em certos tipos de questões haverá pouca diferença prática entre as análises marxista e weberiana. É especialmente o caso de microquestões acerca do impacto da situação de classe na vida dos indivíduos. Assim, por exemplo, se quisermos explicar como a situação de classe afeta os padrões de vida das pessoas, não há nenhuma razão para o conceito de situação de classe usado na análise diferir entre uma abordagem marxista e outra weberiana. Ambas tratam a relação social com os bens geradores de renda, especialmente o capital e as qualificações de trabalho, como essencial à definição das situações de classe²².

22. Claro, os critérios operacionais adotados podem diferir entre dois analistas confrontados com as inevitáveis dificuldades de fazer opções pragmáticas. P. ex., tanto na abordagem da análise de classe de John Goldthorpe quanto na minha, os grandes capitalistas, os executivos de

Naturalmente, qualquer weberiano pode incluir uma análise da exploração e da dominação com base nas relações de classe em qualquer investigação sociológica específica. Um dos atrativos da moldura analítica weberiana é sua total permissividade quanto à inclusão de processos causais extras. Tal inclusão adicional, no entanto, representa importação de temas marxistas para o modelo weberiano, que por si mesmo não dá importância específica a essas questões. Frank Parkin fez em um de seus livros conhecida piada sobre a teoria das classes: "Dentro de cada neomarxista há um weberiano lutando para escapar". O argumento apresentado aqui sugere uma proposição complementar, qual seja: "Dentro de cada esquerdista neoweberiano há um marxista lutando para permanecer escondido".

A recompensa: Quais as vantagens da análise marxista de classe?

Exploração e dominação são termos normativos carregados. Descrever as relações de classe dessa maneira é afirmar a crítica igualitarista dessas relações. Isso é atraente para alguém comprometido com a visão radicalmente igualitária da tradição marxista, mas claro que nem todo mundo interessado no estudo das classes na sociedade capitalista aceita o igualitarismo radical da agenda normativa marxista. E se alguém acredita que as transformações emancipatórias do capitalismo, por mais atraentes que sejam do ponto de vista moral, não passam de fantasias utópicas? Ou, mais criticamente ainda, e se alguém acredita que o capitalismo não é especialmente opressivo? Se alguém rejeita a importância da agenda normativa marxista, isso necessariamente implica também uma completa rejeição da conceitualização marxista de classe? Acho que não. Há uma série de razões pelas quais elaborar o conceito de classe em termos de exploração e dominação tem recompensas teóricas para além da agenda normativa específica da análise marxista de classe:

1) *Conexão entre troca e produção.* A lógica marxista da análise de classe afirma a íntima conexão entre a maneira pela qual as relações sociais são organizadas dentro do processo de troca e a maneira como o são dentro do processo de produção. Trata-se de um ponto substantivo, não de definição:

corporações e os profissionais de "alta graduação" ocupam diferentes posições nas relações de classe porque diferem quanto aos tipos de recursos que controlam e a natureza das relações de emprego em que se situam. Mas ele e eu diferimos nas nossas opções operacionais sobre como tratar essas categorias em nosso trabalho empírico: enquanto eu mantenho essas três categorias separadas como tipos distintos de situações de classe, Goldthorpe funde-as numa classe I mais heterogênea por razões essencialmente de caráter pragmático. Isso ocorre fundamentalmente não porque meu trabalho baseia-se na tradição marxista e o dele tem ligação mais próxima com a tradição weberiana, uma vez que ambas as tradições encaram professores e capitalistas como ocupando distintas situações de classe. Diferimos por um julgamento pragmático sobre onde é importante manter íntima congruência operacional com categorias abstratas e onde não é. Goldthorpe sente que para as questões que deseja abordar há de qualquer forma tão poucos capitalistas propriamente ditos em suas amostragens que não se perde grande coisa em fundi-los com profissionais numa única categoria de classe.

as relações sociais que organizam os direitos e poderes dos indivíduos sobre os recursos produtivos moldam sistematicamente a posição que ocupam tanto nas relações de troca quanto no próprio processo de produção. Isso não significa, é claro, que não haja variação independente de troca e produção, mas implica que tal variação seja estruturada pelas relações de classe.

2) *Conflito.* Uma das alegações padrão sobre a análise marxista de classe é que ela coloca o conflito em primeiro plano nas relações de classe. Com efeito, maneira convencional de descrever o marxismo nos manuais de sociologia é vê-lo como uma variedade da "Teoria do Conflito". Tal caracterização, no entanto, não é precisa o bastante, pois o conflito é também certamente um aspecto destacado da visão weberiana de classe. O aspecto diferencial da concepção marxista de relações de classe, nesses termos, não é simplesmente o fato de que dá proeminência ao conflito de classe, mas o de que compreende o conflito como sendo gerado por *características inerentes a essas relações* e não por simples fatores contingentes. A exploração define uma estrutura de interesses antagonicos interdependentes na qual a satisfação dos interesses dos exploradores depende da sua capacidade de impor prejuízos aos explorados. Trata-se de um antagonismo de interesses mais forte do que a simples competição e que subscreve a máxima marxista prevendo que todo sistema de classe será montado no conflito.

3) *Poder.* No próprio coração da construção marxista da análise de classe está não apenas o pressuposto de que relações de classe geram interesses profundamente antagonicos, mas o de que elas também dão às pessoas em posições de classe subordinadas formas de poder com as quais lutar por seus interesses. Como já observamos, uma vez que a exploração repousa na extração do esforço de trabalho e uma vez que as pessoas sempre detêm alguma medida de controle sobre seu próprio esforço, elas sempre confrontam os exploradores com a capacidade que têm de resistir à exploração²³. Isso se reflete nas complexas contraestratégias que as classes exploradoras são forçadas a adotar com a elaboração de instrumentos de vigilância, supervisão, monitoramento e sanção. É apenas em função dessa capacidade inerente de resistência — forma de poder social fundada nas interdependências da exploração — que as classes exploradoras são forçadas a dedicar parte dos seus recursos a garantir a própria capacidade de se apropriar do esforço do trabalho.

4) *Coerção e consentimento.* A análise marxista de classe contém os rudimentos do que se poderia chamar uma teoria endógena da formação do

23. Importante notar que não é preciso aceitar as implicações normativas do conceito de "exploração" para reconhecer o problema da "extração do esforço de trabalho". É um dos temas centrais em discussões sobre problemas do agente principal em abordagens organizacionais de custos de transação. Para discussão específica de classe e exploração em questões de agente principal, cf. Bowles e Gintis, 1990.

consentimento. O argumento é basicamente o seguinte: a extração do esforço do trabalho em sistemas de exploração é dispendioso para as classes exploradoras devido à capacidade inerente das pessoas de resistir à própria exploração. Sistemas de exploração baseados puramente na coerção tendem com frequência a ser menos eficientes porque, sob muitas condições, é bem fácil para os trabalhadores evitar um desempenho diligente do esforço laboral. As classes exploradoras terão portanto a tendência de buscar maneiras de reduzir esses custos. Uma das maneiras de reduzir os custos fixos com a extração do esforço do trabalho é fazer coisas que provoquem o consentimento ativo dos explorados. Isso vai desde o desenvolvimento de mercados internos de trabalho que fortalecem a identificação e fidelidade dos trabalhadores às empresas em que trabalham até a defesa de ideologias que proclamam a conveniência prática e moral de instituições capitalistas. Tais práticas para produzir consentimento, no entanto, têm também custos ligados a elas, de forma que os sistemas de exploração podem ser vistos como envolvendo sempre compromissos entre coerção e consentimento como mecanismos para extrair o esforço de trabalho. Esse argumento implica uma previsão específica do tipo de ideologias que provavelmente emergirão sob condições de exploração de classe ou de opressão sem exploração. Nesta não há dependência do grupo opressor em relação à extração do esforço de trabalho dos oprimidos e, assim, há muito menos necessidade de provocar seu consentimento ativo; reações puramente repressivas à resistência – incluindo uma repressão genocida em certas situações históricas – são portanto factíveis. O problema ideológico central em tal situação será provavelmente o dos escrúpulos morais dentro do grupo opressor, de modo que é provável que surjam ideologias para justificar essa repressão *para o opressor*, mas não para o oprimido. “Índio bom é o índio morto” foi um lema fabricado para os ouvidos do colono branco, não do nativo americano. Nas relações de exploração, por outro lado, uma vez que aí se faz necessária a cooperação do explorado, é mais provável que as ideologias atentem ao problema de criar consentimento, sendo assim presionadas a incorporar de uma maneira ou de outra os interesses do grupo explorado.

5) *Análise histórico-comparativa.* Na concepção original, a análise marxista de classe era parte integrante de uma teoria radical da trajetória histórica e da estrutura de época da mudança social. Mas, mesmo que se rejeite o materialismo histórico, a estratégia marxista de análise de classe com base na exploração fornece um rico cardápio de conceitos para a análise histórica e comparativa. Diferentes tipos de relações de classe são definidos pelos mecanismos específicos através dos quais se realiza a exploração e tais diferenças por sua vez implicam diferentes problemas enfrentados pelas classes exploradoras para a reprodução de seus privilégios de classe e diferentes

oportunidades para a resistência das classes exploradas. Variações nesses mecanismos e nas maneiras específicas em que são combinados em sociedades concretas fornecem um roteiro analiticamente poderoso para a pesquisa comparativa.

Tudo isso são razões pelas quais um conceito de classe baseado na ligação entre relações sociais de produção, de um lado, e exploração e dominação, de outro, deve ser de interesse sociológico. A recompensa mais fundamental desses fundamentos conceituais, no entanto, é a maneira como infundem uma crítica moral à análise de classe. A caracterização dos mecanismos subjacentes às relações de classe em termos de exploração e dominação focaliza a atenção nas implicações morais da análise de classe. Exploração e dominação identificam como essas relações são opressivas e produzem danos, não simplesmente desigualdades. A análise de classe pode, portanto, funcionar não apenas como parte de uma teoria científica sobre interesses e conflitos, mas também como parte de uma teoria emancipatória de alternativas e justiça social. Mesmo que o socialismo esteja fora da agenda histórica, a ideia de confrontar a lógica capitalista da exploração não está.